

**IMIGRANTES ALEMÃES E SEUS DESCENDENTES:
MOVIMENTO DE SENTIDOS ENTRE O SILÊNCIO DA CENSURA
E O SILÊNCIO DO ESTIGMA**

Rejane Fiepke Carpenedo

E-mail: rejanefiepke@hotmail.com.

Doutoranda em Letras e Bolsista CAPES.
Universidade Federal de Santa Maria. Brasil.

Eliana Rosa Sturza

E-mail: listurza@gmail.com

Professora Associada do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.
Universidade Federal de Santa Maria. Brasil.

Resumo

O presente artigo se propõe a refletir acerca do movimento de sentidos no que se refere ao silêncio e seu funcionamento semântico na perspectiva da historicidade e do interdiscurso. Mobilizando os pressupostos teóricos de Orlandi (2007) e Guimarães (2018), pensamos o silêncio a partir da Política Linguística do Estado Novo, implantada em Maio de 1938. Transcorridos 80 anos da perseguição linguística da Era Vargas, ainda há um silêncio atravessando o uso da língua materna dos descendentes de imigrantes, que não é imposto pela força da lei, mas fruto do estigma. Observamos os sentidos do funcionamento político de um silêncio independente da vontade dos sujeitos, e um silêncio que se origina no sujeito como retrato de suas memórias da língua.

Palavras-chave: Língua de imigração, sentido, silêncio, reescrituração.

**GERMAN IMMIGRANTS AND THEIR DISCOUNTS: SENSE
MOVEMENT BETWEEN THE SILENCE OF CENSORSHIP AND
THE SILENCE OF STIGMA**

Abstract

This article aims to reflect on the movement of senses regarding silence and its semantic functioning from the perspective of historicity and interdiscourse. Mobilizing the theoretical assumptions of Orlandi (2007) and Guimarães (2018), we think of silence

from the Estado Novo Linguistic Policy, implemented in May 1938. After 80 years of the Vargas Era linguistic persecution, there is still a silence going through the use of the mother tongue of the descendants of immigrants, which is not imposed by the force of the law, but the result of stigma. We observe the senses of the political functioning of a silence independent of the will of the subjects, and a silence that originates in the subject as a portrait of his memories of language.

Keywords: language of immigration, sense, silence, rewriting.

O VERBO SE FAZ CASTIGO: O PREÇO DA LÍNGUA MATERNA E A INSTAURAÇÃO DO SILÊNCIO

O verbo que conheciam era o princípio, estava com Deus, era Deus, e trouxe tudo à existência¹. Guardavam as Sagradas Escrituras com imenso zelo, história do verbo, escrita na língua mãe, que atravessou o oceano no caminho para a nova vida, na nova pátria. Mesmo tão diferentes entre si, todos conheciam o Verbo, pois “[...] não compunham um grupo homogêneo sob muitos aspectos, além do religioso” (Meyer, 2003). Porém, não sabiam que o verbo que encarceraria sua liberdade era outro, o verbo² que os constituía enquanto sujeitos: a língua materna.

Assim, se articula a história vivenciada pelos imigrantes alemães. No século XIX iniciou o movimento migratório para a colonização do Rio Grande do Sul, fato que não pode ser considerado isoladamente no processo histórico do Brasil por estar diretamente atrelado a questões econômicas, políticas e sociais do país. Müller (1981) afirma que neste período a mão-de-obra predominante no Brasil era a escrava, e com a necessidade de substituí-la por homens livres propôs-se a alternativa de trazer imigrantes. Gaelzer (2014, p.50) afirma que “a vinda de imigrantes alemães, talvez, esteja relacionada com o incentivo da jovem princesa Leopoldina Carolina Josefa, casada com D. Pedro I, Imperador do Brasil”.

A imigração desvelava-se como um “negócio” que beneficiou ambas as partes: o Brasil por sanar a falta de recursos humanos para o trabalho; e aos imigrantes pela oportunidade de receberem terras para morar e trabalhar, o que não possuíam na Alemanha³. Uma vez instalados no novo lugar, os agricultores buscavam assegurar solidamente estruturados os três pilares que os mantinham unidos e identificados: a família, a educação e a religião (Gaelzer, 2014, p.53). Estes três elementos eram

fortalecidos por um elo determinante: a língua alemã. Conforme Mariani⁴ (2007, p.12) “a língua como objeto simbólico de uma nação faz parte de um intrincado entrelaçamento de estruturas sociais e culturais nas quais circulam memórias e imagens que afetam o modo como a história dessa nação é contada e também o modo como os processos de subjetivação ocorrem”.

Nesta perspectiva, Gaelzer (2014, p.58) afirma que “[...] os imigrantes que vieram para o Brasil, não tinham a pretensão de negar ou apagar a sua identidade, pois o imigrante já tinha se constituído como sujeito, inscrito em uma ordem simbólica e histórica, que construía a sua identidade e esta não foi deixada para trás”. No entanto, a partir de 1937, durante a vigência do Estado Novo e com a implantação do Projeto de Nacionalização de Getúlio Vargas, esta identidade do imigrante, representada pela língua, via-se ameaçada e para muitos custou um alto preço em decorrência dos castigos que sofreram. Conforme Zandwais (2007),

[...] é desta forma que se constrói, através da “letra da lei”, uma política de silenciamento, o antídoto contra a “desnacionalização”, em outras palavras, a materialização da violência simbólica se inscreve no regime constitucional através de uma legislação que, em nome da manutenção da unidade de uma nação, despossui o sujeito imigrante de seus bens simbólicos. (Zandwais, 2007, p.257).

Desta forma, o silêncio se instaura entre os sujeitos imigrantes e seus descendentes, forjado pela força da lei, por meio da implantação de uma política linguística do silenciamento com o pretexto de construir uma unidade nacional com a homogeneização da língua. Segundo Dalmolin (2005, p.44): “Por nacionalização entendem-se as tentativas governamentais de eliminar aquilo que era chamado de ‘quistos étnicos’. Estes eram constituídos pelas comunidades formadas a partir daqueles grupos imigrantistas que preservavam em certa escala o cultivo consciente ou não de características étnico-culturais”. Assim, evidenciam-se as contradições do Governo, pois de acordo com Gaelzer (2014, p.129) “O discurso da construção de um país miscigenado, unido e identificado por uma única língua, esconde uma prática política xenofóbica por parte da ordem do Estado com o intuito de anular politicamente os estrangeiros, controlando-os”.

Na prática, resultou que os imigrantes de uma hora para outra precisavam falar a língua do país e estavam privados de um dos momentos de lazer do que mais gostavam: a leitura em língua alemã. Além disso, nada mais

podia ser impresso em língua alemã e aqueles que tinham qualquer material nessa língua eram multados ou iam para a prisão. O material era apreendido e, independente do conteúdo, certidão de nascimento ou de casamento, livros de histórias infantis, bíblias, cancioneros, enfim, tudo era destruído. (Gaelzer 2014, p.158).

Iniciou-se ali o silenciamento de uma história, de um elo simbólico significativo na vida de milhares de imigrantes: a relação sujeito e língua materna. Esses sentidos silenciados são ressignificados a partir da sua memória latente no interdiscurso, tocada pela historicidade, porque sabemos que esses fatos não aparecem na história oficial do governo de Getúlio Vargas. E nesta perspectiva construímos nossa reflexão, em uma busca por sentidos silenciados, e latentes na memória não-oficial.

Na relação da memória com o acontecimento enunciativo constrói-se a identidade, em que determinados sentidos são produzidos por Sequências Enunciativas e, ao mesmo tempo, outros são excluídos. Esses sentidos excluídos não puderam ser significados publicamente, permanecem na memória e vêm à tona quando os fatos são lembrados. Isso significa que é na memória que os sujeitos guardam seus medos, os efeitos de sentido da violência simbólica e real a que foram submetidos.

Os imigrantes e os seus descendentes tiveram de se adaptar não somente ao trabalho e modo de vida do novo país, mas também à língua falada no Brasil. A Era Vargas foi um dos períodos mais difíceis para a manutenção da cultura desses povos, já que nessa época se proibia o uso de línguas estrangeiras no Brasil, em virtude da ameaça que representavam ao Governo no contexto vigente. As escolas tiveram seus professores compulsoriamente substituídos por professores falantes de português. Era a Lei da Nacionalização, de maio de 1938. As autoridades oficiais compreendiam que era obrigação do Estado intervir como forma de manter a unidade do país. Segundo Bueno, Caraméz, Backes e Castro (2009)

Com o objetivo de promover uma identidade nacional, o presidente Getúlio Vargas sancionou o Decreto-Lei 406, de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Iniciou aí campanha de nacionalização, que coibiu o uso de línguas estrangeiras, bem como manifestações culturais e posse de materiais que lembrassem os países de origem dos imigrantes. (Bueno, Caraméz, Backes e Castro, 2009, p.27).

O Decreto de Nacionalização levou os imigrantes, de modo forçado, a se introduzirem na cultura do povo brasileiro. Muitos apenas sabiam falar sua língua mãe e

sofreram por serem obrigados a aprender a língua portuguesa. A política linguística do governo Vargas gerou na alma e no coração de todos os imigrantes e seus descendentes, empenhados no desenvolvimento do país desde o início da imigração, uma profunda mágoa histórica. De acordo com Zanini (2007) “durante esse período, os imigrantes destes países de origem e seus descendentes foram tidos como ‘perigos nacionais’, havendo forte repressão e perseguições”.

A REESCRITURAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A LEITURA DOS SENTIDOS EM MOVIMENTO

Para fundamentar o nosso movimento analítico ancoramo-nos na perspectiva da Semântica do Acontecimento, em que o acontecimento é descrito como “[...] diferença na sua própria ordem.”, (Guimarães, 2002 a, p. 12). E esta diferença na enunciação se dá a partir da temporalização: o acontecimento constitui uma temporalidade que não é cronológica, e sim simbólica. O acontecimento enunciativo está inscrito no interdiscurso, ou seja, na memória ideológica de sentidos, e assim instaura seu presente por meio da rememoração de um passado de enunciações, com o qual projeta um futuro de possíveis interpretações.

Toda vez que o sujeito fala pensa que é o dono do seu dizer, mas “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” e isso se denomina interdiscurso, ou seja, existe um já-dito que fundamenta todas as possíveis formas de dizer. Deste modo, “[...] o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Assim, em todo o dizer devem-se considerar a memória (constituição) e a atualidade (formulação). É desse jogo que saem os sentidos” (Orlandi, 2013, p. 32, 33).

Consideramos ser adequado operarmos com a reescrituração como movimento de redizer a palavra, um dos procedimentos analíticos da Semântica do Acontecimento. Assim, será possível recuperar os sentidos silenciados, mas que são passíveis de interpretação pelo processo de reescrituração na análise da carta aberta pela censura e do trecho da entrevista com uma senhora descendente de imigrantes alemães.

Partindo da afirmação de Guimarães (2002 b, p. 7) de que “Não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto”, estamos dizendo que um enunciado significa no texto e, portanto, o texto é compreendido como acontecimento enunciativo. Deste modo, uma mesma palavra pode significar coisas diferentes, em cada

acontecimento, pois no funcionamento de um texto sempre há algo que é reescriturado, re-dito, re-significado, ou seja, que é retomado no texto.

Para Guimarães (2002 a) a reescrituração é um processo de deriva de sentidos da textualidade, e destaca que não há texto em que não haja esse movimento de deriva de sentidos, o que equivale dizer que a reescrituração é inerente a toda materialidade textual. Assim, é imprescindível compreender como um nome se relaciona com outros nomes por meio da textualidade “[...] funcionando sob a aparência da substituibilidade”, (Guimarães, 2002 a, p. 27). O autor define a reescrituração como o procedimento de análise que consiste em identificar o processo de redizer aquilo que já foi dito, e atenta para a delimitação do conceito de textualidade.

Procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc, são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. O que pretendo dizer é que as questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescritura*. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (Guimarães, 2002 a, p. 28).

Deste modo, a textualidade pode ser descrita como aquela que atribui a um conjunto de enunciados a condição de texto, e se constitui como resultado instantâneo de deriva de sentidos, e esta deriva se dá pela semelhança, igualdade ou recorrência das palavras no texto. Guimarães (2002 a, p. 28) afirma que “o procedimento de reescritura no texto faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si. E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicções por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação”. Com isso, os sentidos são produzidos pela constituição de discursos, no caso, o discurso do Estado representado na carta aberta pela censura, e o discurso do sujeito comum.

A reescrituração se dá quando um elemento de determinado texto retoma um outro elemento deste texto, com isso o modo de relação enunciativa faz considerar uma forma como sendo diferente da outra. Ressaltando que, para Guimarães (2018, p.85), a “reescrituração é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. [...] O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado”.

Antes de adentrarmos no processo analítico propriamente dito, é imprescindível discorrer sobre como se dá metodologicamente esse movimento de sentidos pela relação enunciativa de reescrituração. Para Guimarães (2018, p.87), os modos de reescrituração podem ser por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação. Já os sentidos podem se constituir por sinonímia, hiperonímia, especificação, definição, desenvolvimento, generalização, enumeração e totalização. Deste modo, com os operadores enunciativos da reescrituração referidos, analisamos os sentidos de língua presentes no imaginário do senso comum, a partir do corpus delimitado.

Sabemos que os sentidos se movem, se transformam, são sempre outros, mas também se mantêm, permanecem enquanto os enunciados são outros. Estes sentidos buscamos analisar e pensar à luz da teoria da enunciação na perspectiva de Guimarães (2002), por meio da Semântica do Acontecimento, para desta forma compreender como se estruturam os sentidos do silêncio atravessados pela memória interdiscursiva.

AS DUAS FACES DO SILENCIAMENTO DA LÍNGUA: A CENSURA E O ESTIGMA

Pensamos o silenciamento na perspectiva de Orlandi (2007, p.12) considerando que o “[...] silenciamento já não é silêncio, mas pôr em silêncio, e nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados”. Os sujeitos foram postos em silêncio em decorrência de uma política linguística que visava homogeneizar a nação por meio do uso de uma língua comum, e este acontecimento produziu sentidos silenciados, em um tempo imediato pela censura e décadas depois, pelo estigma.

Orlandi (2007, p.118) afirma que a “censura é um sintoma de que ali pode haver um outro sentido. Na censura está a resistência. Na proibição está o ‘outro’ sentido. E isso porque a censura atinge a constituição da identidade do sujeito”. Ou seja, no discurso da censura há um movimento de sentidos silenciados, atravessados pela historicidade e pelo interdiscurso.

Assim, estruturamos o nosso movimento teórico-metodológico a partir de dois eixos de funcionamento semântico, que remetem aos silêncios que atravessam os enunciados: o do estigma, representado pela entrevista realizada com uma descendente de imigrantes alemães; e o eixo de funcionamento semântico da censura, constituído pela carta aberta pela censura durante a vigência do Decreto de Nacionalização da Era Vargas. Ambas as materialidades analíticas são tomadas como sequências enunciativas, mobilizadas como corpus de modo inédito neste artigo.

Para refletir acerca do estigma da língua que circunda os sujeitos de descendentes de imigrantes alemães, mobilizamos as ideias de Tatarelli (2002 p.142), que afirma que

Lo Stigma è un marchio, una cicatrice o una ferita ancora dolorosamente aper ta che testimonia l 'avv enuta rottura dell'armonia dell'essere umano, nella quale corpo, mente e natura relazionale s'integrano nella quotidianità degli affetti, del lavoro e delle consuetudini social⁵.

Ou seja, os sujeitos que denotam carregar o estigma da língua materna trazem marcas de uma história atravessada na memória e suscitada pelo interdiscurso refletido nos seus enunciados. É a memória do silenciamento ecoando nas práticas atuais, memória constituída também por um imaginário de que a língua materna será sempre a “outra”, a inferior e a inadequada para ser usada nas práticas sócias.

O município de Novo Machado, em que reside a entrevistada neste estudo, tem como característica histórica a forte presença da imigração alemã. Segundo as historiadoras locais Priebe e Schroeder (2005), os primeiros colonizadores alemães chegaram a Novo Machado a partir de 1918, procedentes de vários países Europeus, ocupando inicialmente a região da atual sede e arredores, especialmente, a localidade de Lajeado Gateados. De modo geral, a etnia alemã sempre agregou muito valor à questão da língua materna, que desde os primórdios da colonização até os dias atuais é usada na comunidade. Priebe Schroeder (2005) ressaltam como ela se faz presente em todos os âmbitos sociais.

Os imigrantes alemães, talvez mais do que as outras etnias, mantiveram muito fortes as suas tradições e a sua cultura, especialmente, através do cultivo da língua, na própria família, nas práticas religiosas e, da mesma forma, na educação escolar, pois os próprios alemães organizaram suas escolas, administrando-as. (Priebe e Schroeder, 2005, p. 59).

Assim, mesmo passados muitos anos desde a imposição da intervenção varguista, buscamos refletir acerca dos efeitos dessa política sobre a prática linguística das gerações seguintes, mais especificamente, sua relação com a língua de imigração e o português. A entrevistada reside na zona urbana da cidade, e é dona de casa por profissão. Nascida em uma família tradicional alemã, consequentemente tem o alemão como língua materna, sendo esta também a língua com que mais se identifica ainda hoje.

Sequência Enunciativa 1:Hoje se tem que falar brasileiro a gente fala, **mas** alemão é sempre melhor. Quando saio na cidade, gosto mais quando posso falar em alemão com as pessoas, brasileiro sai mais

atrapalhado [risos]. Eu poderia falar muito mais brasileiro às vezes, **mas** daí eu penso que quando eu falo brasileiro os outros vão pensar ‘ela fala tão atrapalhado’. Em casa só falo alemão. (Entrevistada).

O processo de reescrituração na Sequência Enunciativa 1 (SE1), do Eixo de Funcionamento Semântico do Estigma, se dá pela marcação da conjunção adversativa “mas”, apresentando uma oposição de ideias, com sentido de especificação. Ao afirmar que fala português sempre que é necessário, mas que prefere falar em alemão, o sujeito especifica sua relação com as línguas que se inscrevem em sua história. O português é falado por necessidade, já o alemão por identificação e afinidade, uma vez que é a língua que lhe constitui enquanto sujeito.

Denota-se uma preocupação em relação aos outros sujeitos do seu convívio social, ao assumir que tem medo que pensem que seu português é atrapalhado. E, novamente, uma identificação mais forte com a língua materna, que continua como a língua praticada nas relações familiares e com as pessoas que também compreendem a mesma.

Há um imaginário se atravessando ao enunciar “**mas** daí eu penso que quando eu falo brasileiro os outros vão pensar ‘ela fala tão atrapalhado’”, pois conforme Payer (2006, p.179)

“Sentidos do passado e do presente se fundem. O enunciador vem ao ‘presente’, o sujeito vai ao ‘passado’”. É neste momento que a memória se manifesta, acionada pelos sentidos instaurados no interdiscurso.

Erving Goffman (1988), dentre outras questões, aborda a do estigma e a da identidade social e individual, em uma perspectiva sociológica. Em sua obra, estigma quer dizer marca. É uma marca que o indivíduo carrega e o torna inabilitado para a aceitação social plena. Assim, um indivíduo portador de estigma distingue-se dos outros pela marca que lhe é peculiar. As marcas podem ser corporais, visíveis aos olhos, prontamente percebidas por todas as pessoas por elas marcadas ou não-marcadas. Uma pessoa pode ser marcada desde o seu nascimento, ou pode tornar-se marcada no decorrer de sua vida, pelo atrofiamento de seu corpo ou parte dele, pela amputação de um membro ou pela deformidade física de qualquer um de seus órgãos; ou seja, pode ter origem genética ou pode ser provocado por outrem. A partir disso, podemos pensar no estigma enquanto marca da memória, construído a partir de um imaginário que se originou na interdição das línguas.

Em relação à censura, mobilizamos uma carta, documento histórico, que evidencia a interdição das línguas por meio de uma ação movida pelo Estado. Em decorrência dos acontecimentos que se sucediam em nível de mundo, como o eclodir da Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro percebeu a força que a língua dos estrangeiros trazia para o país e o medo de que ela, juntamente com a cultura alemã, pudesse influenciar o pensamento dos cidadãos brasileiros, em um tempo marcado pelo nazismo. Segundo Neitzke (2013)

Com o crescimento do partido nazista na Alemanha e a escalada da violência na Europa, as comunidades teutas no Brasil foram afetadas diretamente pela propaganda do partido nazista, que via nessas comunidades grande potencial para o crescimento da ideologia nazista no país, uma vez que aqui existia grande quantidade de teutos, o que contribuiu para o surgimento do “Mito do Perigo Alemão”, amplamente explorado e difundido pela mídia, nos tempos da Segunda Guerra Mundial. (NEITZKE, 2013, p. 03)

Assim, no momento em que iniciou o processo de nacionalização os imigrantes de origem europeia foram imensamente marcados, e as regiões com influência estrangeira começaram a ser vigiadas. Conforme Pandolfi (2003, p.15) foi “um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil”.

A professora aposentada e historiadora local, Gretel Priebe, de Novo Machado, relata detalhes do período da proibição. Conhecedora das experiências e histórias de várias pessoas que vivenciaram a época em que estava em vigência o Decreto da Nacionalização, e inclusive pelos relatos da própria família, Gretel fala sobre o assunto, mostrando, inclusive, uma carta datada de 1942, aberta pela censura, que integra o seu museu pessoal.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as perseguições aos imigrantes alemães e italianos foram muito ferrenhas no momento em que o Brasil acabou se envolvendo na guerra. As liberdades todas acabaram sendo muito limitadas, inclusive a própria comunicação, pois a única comunicação que havia era pelo correio, não havia telefone, não haviam outras formas de comunicação. Então as comunicações escritas eram censuradas pelo Governo, como dá para ver aqui nesse envelope de carta que a minha família recebeu em 1942, aberta pela censura e ainda com um carimbo que diz “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”, a frase é

de General Lauro Müller. Isso era uma coisa muito difícil para as pessoas, principalmente a proibição da língua, porque muitas pessoas, principalmente entre os de origem alemã, só sabiam falar o alemão, e isso era proibido e fiscalizado, muitas vezes até por compatriotas dentro da própria casa. Às vezes as pessoas em troca de dinheiro denunciavam seus compatriotas, e isso criou muita insegurança e muita tristeza. (Gretel Priebe, relato obtido por meio de entrevista).

Figura 1: Carta aberta pela censura, em 1942.



Sequência Enunciativa 2: “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor. Aberta pela censura”.

A SE2, do eixo de funcionamento semântico da Censura, consiste um carimbo oficial da censura colocado sobre todas as correspondências enviadas por correio após serem abertas e lidas pela equipe de controle. Nada que fosse escrito em língua estrangeira poderia chegar ao seu destino. Assim, o peso da lei incidia sobre os sujeitos, silenciando as suas línguas maternas. “Aberta pela censura” se reescreve em “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”, com sentido de definição e especificação. O Estado define que “quem nasce no Brasil é brasileiro”, mas especifica “ou traidor”, e nesta especificação circulam os sentidos atravessados pelo silêncio.

É a censura controlando os sujeitos, as suas práticas linguísticas, e lançando ao sujeito a tarefa de refletir se é “brasileiro” ou “traidor”. O enunciado do Governo não afirma explicitamente que a carta não pode conter conteúdo em alemão, mas a sua prática —de abrir e revistar as correspondências pessoais— o faz. E neste sentido, Orlandi (2007, p.102) afirma que

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. (ORLANDI, 2007, p.102).

É isto que o Estado faz: impede os sujeitos de sustentarem outro discurso, ou seja, as suas próprias línguas maternas. O enunciado reforça a ideologia predominante de construir uma nação pela homogeneidade da língua, rememorando aos sujeitos de que são nascidos no Brasil, portanto devem utilizar a língua portuguesa, pois do contrário se caracterizam como traidores da pátria. Isso está de acordo com o pensamento de Orlandi (2007, p.12), quando afirma que “Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras”.

Há tantos silêncios nessas palavras, que como observamos na Sequência Enunciativa 1, passam a constituir o interdiscurso e se manifestar nas memórias das gerações seguintes. Da carta, de 1942, à entrevista realizada em 2018, há algo que permanece, há sentidos que se reescrevem, atrelados à língua materna. A força do carimbo da censura sobre as cartas dos imigrantes e seus descendentes reflete o seu peso nos enunciados das gerações seguintes, pois de acordo com Gaelzer (2014, p.99) “A memória, cujo lugar é constituído de saberes, conhecimentos, bagagem cultural e visões de mundo, possibilita que os discursos retomem efeitos de sentido, construídos em outros lugares e em outras épocas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interdição oficial durante o Estado Novo trouxe consequências para a vida dos imigrantes e interferiu diretamente nas suas práticas sociais diárias e essa interdição ainda hoje ecoa na memória social desse grupo, agora formando pelos descendentes que mantém viva a prática da língua, como herança maior da sua identidade enquanto sujeitos.

Mesmo a língua sendo afetada pelas condições sócio históricas da interdição de Vargas, por meio da política linguística do projeto de nacionalização de 1938 ela ainda se mantém viva, e praticada cotidianamente pelas pessoas. Notamos também uma consciência da prática linguística, distinta entre os espaços adequados ou não para se falar o alemão.

A partir da entrevista realizada, percebemos o quão os traços identitários são atravessados pela língua, que se faz presente nas relações familiares e sociais. Assim, evidencia-se que entre os descendentes de imigrantes alemães no município de Novo Machado prevalece a identificação com a língua alemã, e que possuem o alemão também como língua materna.

Percebemos também, a presença de um imaginário de língua, que coloca em determinados momentos e situações a língua alemã que lhes constitui identitariamente em segundo plano, em desprestígio comparado com a língua oficial do país. Bem como, os entrevistados demonstram certo receio em relação ao sotaque e influências que a língua materna gerou sobre a língua portuguesa, fazendo-lhes pensar que falam “português atrapalhado”.

Evidenciou-se, a partir do enunciado da carta e da entrevista, os sentidos produzidos pelo silenciamento instaurado na vida dos sujeitos por meio do Decreto de Nacionalização de Getúlio Vargas. Assim, por meio de dois testemunhos há uma perspectiva da história não-oficial, a história que se inscreve na memória coletiva, que gera estigmas pelas suas marcas. Gaelzer (2014) lembra que “não temos mais a proibição das línguas estrangeiras ligadas à prática política nazista, porém, essa proibição continua presente na vida das pessoas e em suas memórias”.

REFERÊNCIAS

- Bueno, A.; Caraméz, J.; Backes, L. e Castro, R. (2009). A campanha de nacionalização na era Vargas. Disponível em:
<http://hipermidia.unisc.br/temposnazistas/nazismo-era-vargas.html>.
- Dalmonin, C. (2005). *Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Cátia Dalmolin (org.). Santa Maria: Pallotti.
- Gaelzer, V. (2014). *Construções Imaginárias e Memória Discursiva de Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul*. Jundiá: Paco Editorial.
- Goffman, E.(1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS.

- Guimarães, E. (2002 a). *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____ (2002 b). *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes.
- _____ (2018). *Semântica: enunciação e sentido*. Pontes Editores: Campinas, SP.
- Meyer, D. E. E. (2003). Língua e Religião como instituintes da nacionalidade: cultura teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul. In: *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Jorge Luiz da Cunha e Angelika Gärtner (orgs.) – Santa Maria: Ed. UFSM.
- Müller, T. L. (1981). A Nacionalização e a Escola Teuto-brasileira Evangélica. In: MÜLLER, Telmo (org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: UNISINOS.
- Neitzke, R. C. (2015). *O nazismo e a repressão do estado novo aos teutos-brasileiros em Curitiba, no contexto da segunda guerra mundial*. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2013/12/TCC-RONY.pdf>.
- Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____ (2013). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed. Campinas: Pontes Editores.
- Pandolfi, D. (2003). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV.
- Payer, M. O. (2006). *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta.
- Priebe, G. e Schroeder, N. (2005). *Novo Machado conta a sua História*. 2ª ed. Novo Machado.
- Zanini, M. C. Ch. (2007) *Italianidade: pertencimento, reivindicações e negociações identitárias na região central do Rio Grande do Sul, Brasil*. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo5.pdf
- Tatarelli, R. (2002). Congresso Stigma 2002 (página inicial). Disponível em: <http://www.psychomedia.it/pm-cong/2002/stigma.htm>

¹ Referência ao livro de João 1:1, Novo Testamento da Bíblia Sagrada.

² Sentido de “palavra/discurso”.

³ Destaca-se, conforme Müller (1981, p.45), que “[...] a Alemanha não existia como unidade nacional. Havia reinados, principados, ducados, independentes entre si. A língua identificava e unificava todos e aí pode-se falar em Alemanha. [...] Neste sentido, ao falarmos em imigrantes da Alemanha, antes de 1971, ano da unificação formalizada por Bismark, referimo-nos às pessoas de fala alemã”.

⁴ Citação localizada no prefácio escrito para o livro “Araújo, Anne Francialy da Costa. Língua e Identidade: reflexões discursivas a partir do diretório dos índios, 2007”.

⁵ Tradução nossa: “O Estigma é uma marca, uma cicatriz ou uma ferida ainda dolorosamente aberta que testemunha a ocorrência da ruptura da harmonia do ser humano, na qual corpo, mente e natureza relacional se integram na quotidianidade dos afetos, do trabalho e práticas sociais costumeiras”.